

Câmara Municipal

Porto
de
MÓS

Prestação de Contas 2011



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL	2
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS.....	3
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2011	5
III - RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1 - Objetivos do Relatório de Gestão.....	6
2 - Análise da Execução Orçamental.....	6
3 - Recursos Humanos	18
4 - Apoio Social	24
5 - Análise da Dívida	25
6 - Endividamento Municipal.....	28
7 - Execução das GOP'S e do Plano	31
8 - Indicadores Gerais da Atividade	32
9 - Análise da Situação Económica e Financeira.....	34
10 - Proposta de Aplicação de Resultados.....	41
IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	42

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO 2011

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Caros Múnicipes do Concelho de Porto de Mós:

O exercício económico de 2011, terminou em 31 de dezembro último. Encerrado o exercício, encerram-se as contas e apuram-se os resultados. Esta atitude decorre de uma obrigação legal e consiste, neste caso, em sujeitar à apreciação da Assembleia Municipal os resultados obtidos no referido exercício de 2011, e demais informação de carácter financeiro e outra, com a verdade e a total transparência exigidas pelos ditames legais e éticos.

A gestão pode ser definida como um processo para alcançar objetivos de modo eficiente e eficaz. Gerir o Concelho de Porto de Mós, nas atuais circunstâncias, é seguramente um processo complexo e de dificuldade acrescida devido, nomeadamente, à escassez de alguns recursos, face às necessidades, e às características demográficas e geográficas do território. Não obstante a grave situação económica que vivemos, a gestão da atividade Municipal em 2011 decorreu de forma responsável e equilibrada, mas também prudente, facto que conduziu à ausência de roturas ou carências graves relativamente a compromissos assumidos e à prestação de serviços e outras obrigações legais e construtivas que são da competência da Autarquia.

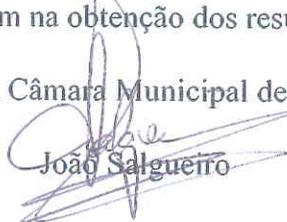
O nível de desempenho obtido nas ações desenvolvidas está patenteado nos documentos constantes da presente Prestação de Contas, através dos quais se pode verificar que os objetivos fixados no início do ano foram, de um modo geral, alcançados. Os resultados evidenciados são genericamente positivos mesmo quando comparados com o ano transato e a posição financeira da Autarquia é sólida e tem evoluído favoravelmente, desfrutando hoje de uma situação confortável que oferece sustentabilidade futura num ambiente de otimismo moderado.

Caros Múnicipes, gostaria de partilhar convosco um sentimento misto de satisfação e de preocupação, relativamente ao desenvolvimento económico e social do nosso Concelho. Satisfação, porque sinto a convicção de que o exercício findo de 2011 significou mais um passo na direção certa. Preocupação, porque julgo não haver condições económicas e financeiras para manter o nível de realizações, nomeadamente em investimento público, registado no passado recente, e de que o Concelho continua a necessitar.

Neste contexto, o futuro é incerto, mas com o trabalho, o empenho e a dedicação de todos, os resultados serão maximizados e as dificuldades minimizadas.

Uma palavra de agradecimento a todo o executivo, aos deputados da Assembleia Municipal, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aos funcionários, aos Múnicipes e a todos quantos, de algum modo, colaboraram na obtenção dos resultados de 2011.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós,


João Salgueiro

I - O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

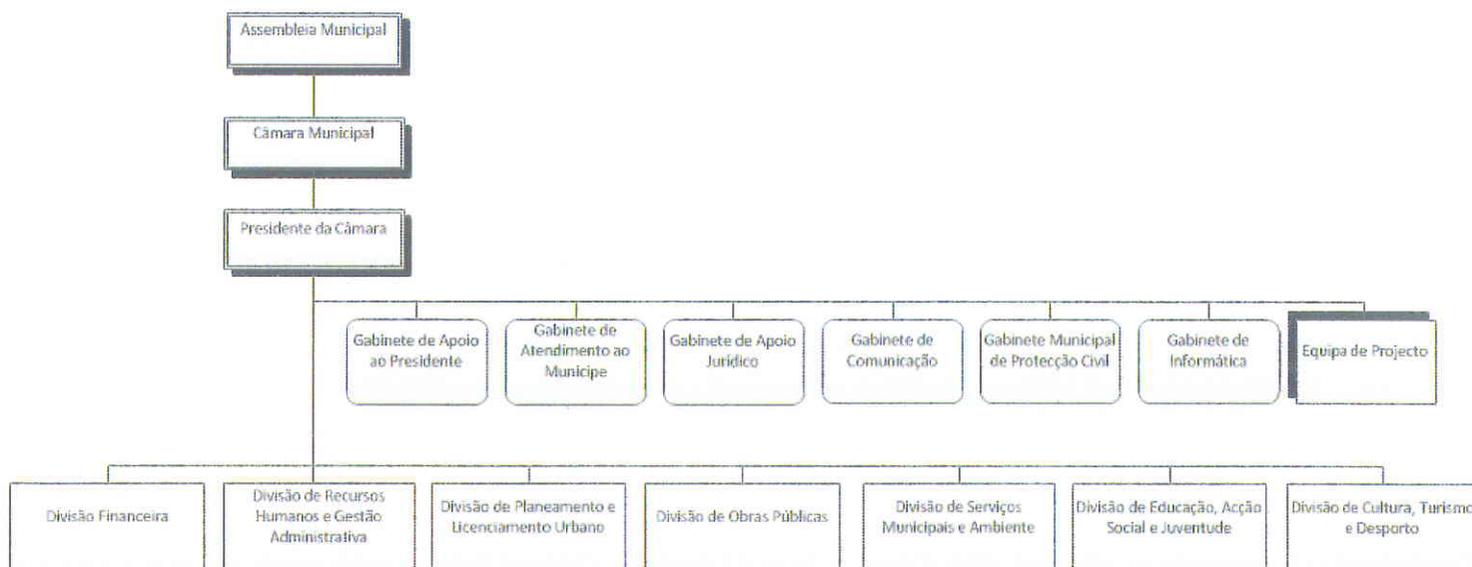
1 - Estrutura Organizacional

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2480-001 Porto de Mós, contribuinte fiscal nº 505586401, telefone nº 244 499600, fax nº 244 499601 e email geral@municipio-portodemos.pt. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesse próprios, comuns e específicos das populações do Concelho de Porto de Mós.

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei nº 159/99, de 14 de setembro, consubstanciada pelas competências estabelecidas na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

1.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal

Na sequência da aplicação do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, procedeu-se à adaptação da estrutura e organização dos serviços autárquicos à realidade atual. A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Porto de Mós no ano económico em análise foi aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 18 de dezembro de 2010. De salientar que em janeiro do ano 2011 entrou em vigor o Novo Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós aprovado pela Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 20/12/2010.





1.2 - Descrição Sumária das Atividades

É atribuição dos Municípios e nos termos do artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de setembro, o desenvolvimento de atividades que estão associadas à satisfação das necessidades das populações nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Polícia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei nº 42/98, de 6 de agosto – Lei das Finanças Locais, atualmente revogada pela Lei nº 2/2007 de 15 de janeiro.

1.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2011 a 31/12/2011 o Órgão Executivo foi composto por:

Presidente – João Salgueiro;

Vereador a Tempo Inteiro – Albino Pereira Januário;

Vereador a Tempo Inteiro – Anabela dos Santos Martins;

Vereador a Meio Tempo – Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo;

Vereador a Meio Tempo – Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro

Vereador – Júlio João Carreira Vieira;

Vereador – Luís Manuel Coelho de Almeida.

1.4. – Organização Contabilística

O regime contabilístico adotado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adotado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspectiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

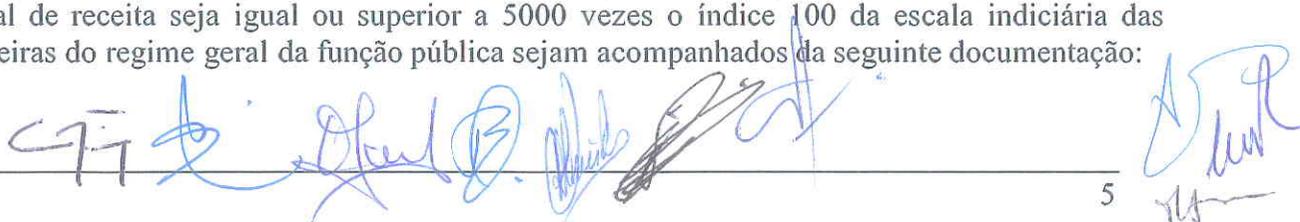
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2011

Em cumprimento do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 68º e alínea e) do nº 2 do artigo 64º, ambos da Lei nº169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, os documentos de Prestação de Contas bem como o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação referente ao ano 2011, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea c) do nº 2 do Artigo 53º da referida Lei.

O Relatório de 2011 mantém a mesma estrutura dos elaborados anteriormente, o que vai permitir não só uma leitura e interpretação fácil dos dados, mas também proporcionar a quem o lê uma análise comparativa com os anos anteriores que, enquadrada com a realidade sócio-económica verificada no período de referência, permitirá apreciar de forma consubstanciada a gestão efetuada.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas foi ainda tida em conta, além do citado POCAL, a Resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas, publicada no D.R. nº 191, II Série, de 18 de agosto de 2001, determina ainda que os documentos de prestação de contas a apresentar pelas Autarquias Locais cujo movimento anual de receita seja igual ou superior a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública sejam acompanhados da seguinte documentação:



- Guia de remessa;
- Ata de reunião em que foi discutida e votada a conta;
- Norma de controlo interno e suas alterações;
- Síntese das reconciliações bancárias;
- Relação nominal de responsáveis.

Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

III - RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Objetivos do Relatório de Gestão

O presente relatório de gestão, referente ao ano económico de 2011, constitui o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município o desempenho da gestão municipal referente ao mesmo ano.

Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da atividade deste Executivo Camarário, descrevendo a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização da despesa e a arrecadação da receita, bem como o desenvolvimento do endividamento de curto, médio e longo prazo.

O Relatório de Gestão serve também de comparabilidade entre os objetivos traçados pela autarquia nos documentos previsionais e os métodos utilizados na execução das atividades e na avaliação dos resultados, o que permite identificar o grau de eficácia e de eficiência atingidos pela atividade autárquica.

2 - Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2011 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 02/12/2010 e na Sessão da Assembleia Municipal em 18/12/2010.

No presente sub capítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa

2.1 – Modificações Orçamentais

Durante o ano 2011 efetuaram-se 8 Modificações Orçamentais, que foram constituídas por 7 alterações e 1 revisão.

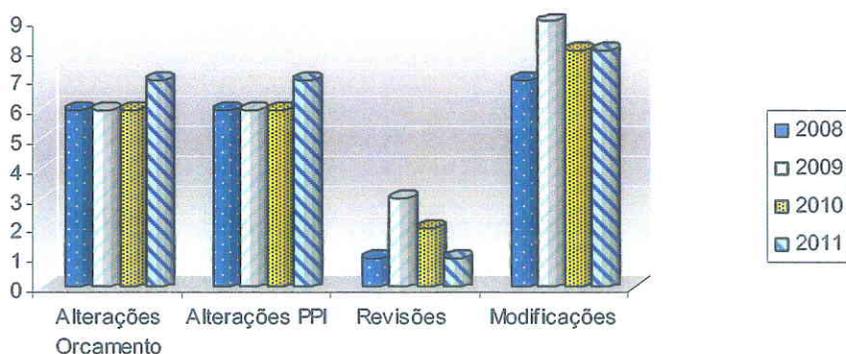
As alterações efetuadas destinaram-se ao reforço de dotações das GOP's e do Orçamento de Despesa.

A revisão efetuada foi aprovada em 17/06/2011 e destinou-se à inclusão do saldo de gerência do ano 2010.

O quadro e gráfico seguinte revela a evolução das modificações orçamentais.

Anos	Alterações		Revisões	Modificações
	Orçamento	PPI		
2008	6	6	1	7
2009	6	6	3	9
2010	6	6	2	8
2011	7	7	1	8

Evolução das Modificações Orçamentais



2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

2.2.1 – Exercício de 2011 vs Orçamento de 2011

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente propostos com os valores efetivamente executados. O Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução acarreta naturalmente desvios.

O Orçamento apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregadas, segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem caráter anual.

Analisando o quadro seguinte e comparando os valores previstos no Orçamento com os montantes executados da receita e da despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, e bem assim a taxa de execução dos vários tipos de receita e da despesa. **Em termos totais a taxa de execução da receita fixou-se em 75,44%, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 73,88%.**

Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita são valores efetivamente recebidos.

Ano 2011					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita arrecadada e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
Receita:					
- Corrente	15.256.371,00	15.256.371,00	12.954.875,69	- 2.301.495,31	84,91%
- Capital	11.037.453,00	11.037.453,00	6.871.735,99	-4.165.717,01	62,26%
- Out. Receitas	15.000,00	38.967,15	37.900,50	-1.066,65	97,26%
Total	26.308.824,00	26.332.791,15	19.864.512,18	-6.468.278,97	75,44%
Despesa:					
- Corrente	13.537.454,00	14.366.284,00	12.120.593,12	-2.245.690,88	84,36%
- Capital	12.771.370,00	11.966.507,15	7.333.083,58	-4.633.423,57	61,28%
Total	26.308.824,00	26.332.791,15	19.453.676,70	- 6.879.114,45	73,88%

2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no Triénio de 2009/2011

O quadro seguinte reflete a evolução das taxas de execução do orçamento nos últimos 3 anos.

Evolução das Taxas de Execução Orçamental			
Designação	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Receita:			
-Corrente	86,34%	82,04%	84,91%
-Capital	35,94%	46,36%	62,26%
-Outras Receitas	58,72%	78,94%	97,26%
Totais	63,61%	67,22%	75,44%
Despesa:			
-Corrente	79,19%	82,84%	84,36%
-Capital	46,81%	49,70%	61,28%
Totais	63,56%	67,13%	73,88%

No campo das receitas correntes, verifica-se que a sua cobrança registou um aumento em relação ao ano transato. As receitas de capital registaram um desempenho muito positivo atingindo os 6.871.735,99 euros, representando uma taxa de execução de 62,26%.

Quanto ao agregado da despesa, constata-se que as despesas correntes tiveram um

nível de execução de 84,36%, enquanto que as despesas de capital apresentaram uma taxa de execução de 61,28%, verificando-se um aumento da taxa de execução, relativamente aos anos transatos, tanto da despesa corrente como da despesa de capital.

Constata-se ainda que as taxas de execução da receita total e da despesa total registaram aumentos comparativamente aos anos de 2010 e 2009.

2.2.3– Execução Orçamental da Receita

A estrutura e execução da Receita do ano 2011, constam do quadro abaixo.

Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobr. Brutas	Grau Exec. Receita (%)
Impostos diretos	2.847.973,00	2.811.430,29	98,72%
Impostos indiretos	148.952,00	151.505,94	101,71%
Taxas, multas e outras penalidades	272.588,00	236.869,58	86,90%
Rendimentos da propriedade	1.370.300,00	1.104.118,25	80,57%
Transferências correntes	6.749.109,00	6.191.494,89	91,74%
Venda de bens e serviços correntes	3.802.449,00	2.437.361,40	64,10%
Outras receitas correntes	65.000,00	22.095,34	33,99%
Venda de bens de investimento	1.180.000,00	162.687,00	13,79%
Transferências de capital	8.653.031,00	6.041.627,47	69,82%
Ativos Financeiros	10.000,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	1.119.422,00	667.421,52	59,62%
Outras receitas de capital	75.000,00	0,00	0,00%

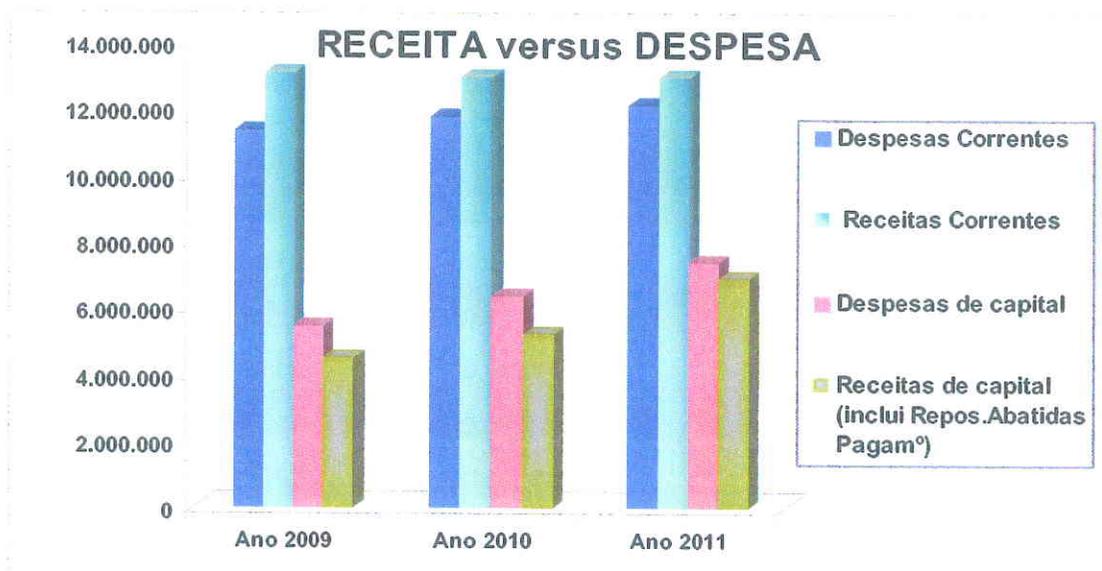
Nota: Valor percentual calculado relativamente às Receitas Cobradas Brutas



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

2.2.4– Evolução da Receita e da Despesa

O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura e respetiva evolução, da receita e da despesa no período 2009 a 2011.



O Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que instituiu o POCAL dispõe que as Autarquias Locais cumpram o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do referido diploma legal e que determina que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

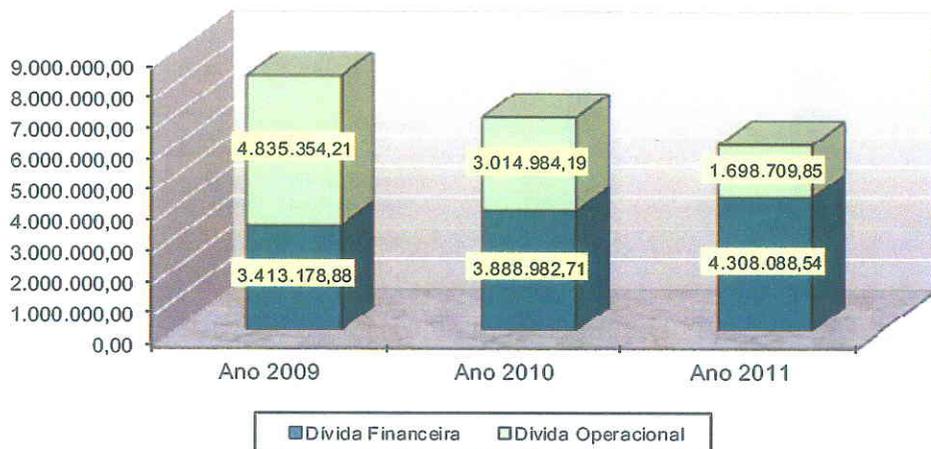
Este princípio orçamental traduz a capacidade da Autarquia em conseguir com a receita corrente financiar a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços municipais, dos projetos sociais, educacionais, culturais e desportivos e ainda libertar 834.282,57 euros para financiar despesas de capital.

Esta norma mantém e se presente na execução orçamental de 2011 desenvolvida pela Autarquia, resultando numa evolução contínua e sustentada das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes, traduzindo uma atenção e preocupação constantes da gestão e que se traduz em saldo positivo a favor dos projetos de investimento.

Da execução orçamental resultou uma poupança corrente efetiva de 834.282,57 euros, valor destinado a financiar 11,38% das despesas de capital.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de poupança ao longo do triénio de 2009 / 2011

Evolução da Dívida do Município



2.2.5 – Evolução da Receita por Natureza

DESIGNAÇÃO	Receita Cobrada Bruta			Un.: Euros	
	2009	2010	2011	Taxa Variação de 2011 em relação a 2009	Taxa Variação de 2011 em relação a 2010
Impostos diretos	2.993.165,96	2.621.786,63	2.811.430,29	-6,07%	7,23%
Impostos indiretos	129.082,95	104.890,05	151.505,94	17,37%	44,44%
Taxas, multas e outras penalidades	284.809,23	262.402,60	236.869,58	-16,83%	-9,73%
Rendimentos da propriedade	929.529,39	936.428,70	1.104.118,25	18,78%	17,91%
Transferências correntes	6.380.992,38	6.536.572,00	6.191.494,89	-2,97%	-5,28%
Venda de bens e serviços correntes	2.338.705,05	2.450.261,96	2.437.361,40	4,22%	-0,53%
Outras receitas correntes	23.444,64	12.045,63	22.095,34	-5,76%	83,43%
Venda de bens de investimento	329.677,14	105.775,00	162.687,00	-50,65%	53,80%
Transferências de capital	3.484.608,51	4.414.407,90	6.041.627,47	73,38%	36,86%
Ativos financeiros	-	-	0,00	-	-
Passivos financeiros	656.151,27	677.977,86	667.421,52	1,72%	-1,56%
Outras receitas de capital	-	-	0,00	-	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	86,02	4.837,96	13.933,35	16097,80%	188,00%
Saldo da gerência anterior	21.124,48	14.512,43	23.967,15	13,46%	65,15%
TOTAL	17.571.377,02	18.141.898,72	19.864.512,18	13,05%	9,50%

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and another on the right.



2.2.5.1 – Evolução da Receita Corrente

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Impostos diretos	2.993.166 €	2.621.786,63€	2.811.430,29€
Impostos indiretos	129.083€	104.890,05€	151.505,94€
Taxas, multas e outras penalidades	284.809€	262.402,60€	236.869,58€
Rendimentos da propriedade	929.529 €	936.428,70€	1.104.118,25€
Transferências correntes	6.380.992 €	6.536.572,00€	6.191.494,89€
Venda de bens e serviços correntes	2.338.705 €	2.450.261,96€	2.437.361,40€
Outras receitas correntes	23.445 €	12.045,63€	22.095,34€
Receita Corrente (Total)	13.079.729€	12.924.387,57€	12.954.875,69€

As receitas correntes, que atingiram em 2011 o montante de 12.954.875,69 euros, pela sua natureza têm uma função importante na gestão financeira municipal. Com uma execução de 84,91%, a autarquia conseguiu arrecadar receitas correntes que lhe permitiram uma base de consistência ao financiamento do conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo as despesas correntes e uma parte das de capital.

Dos valores arrecadados pode verificar-se que a sua maioria é proveniente das transferências correntes e os restantes tiveram origem em fontes diversas salientando-se os impostos diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas Imóveis (I.M.T.)), e a Venda de Bens e Serviços Correntes.

Uma das rubricas também significativa neste agregado da receita são os rendimentos de propriedade, cujo maior montante resulta da renda da concessão da EDP que ascendeu em 2011 ao montante de 894.832,68€ e da renda do parque eólico do chão do Falcão no montante de 185.558,21€.

O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS) e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e ação social.

As transferências do orçamento de Estado são as rubricas correntes que mais contribuem para arrecadação da Receita Corrente, pertencendo a maior tranche ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, com 3.633.623,00€.

Encontra-se também nesta rubrica o valor de 1.630.735,80€, relativos à transferência de competências e descentralização no domínio da educação, designadamente as relativas ao pessoal não docente do ensino básico, ao fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horários na educação pré-escolar, às atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, transportes escolares para o município.

De notar que as transferências correntes provenientes do Orçamento de Estado de 2011, derivadas do FEF, FSM e Participação fixa no IRS registaram uma redução no montante de 230.786,00€ Correspondente a 5% comparativamente ao ano 2010.

2.2.5.2– Evolução da Receita de Capital

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS
Venda de bens de investimento	329.677,14€	105.775,00 €	162.687,00€
Transferências de capital	3.484.608,51€	4.414.407,90€	6.041.627,47€
Ativos financeiros	- €	- €	- €
Passivos financeiros	656.151€	677.977,86€	667.421,52€
Outras receitas de capital	-€	- €	- €
Receita Capital (Total)	4.470.437,00€	5.198.160,76€	6.871.735,99€

As receitas de capital são constituídas por venda de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários, representando na sua globalidade 34,59 % das receitas executadas.

No que se refere às “Transferências de Capital”, provenientes das transferências do orçamento de estado pelo FEF e da união europeia, com base em projetos comunitários, as taxas de execução cifraram-se em valores superiores aos anos transatos.

Tal execução deve-se aos projetos financiados, dado que a transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro a título de capital do orçamento de estado registou também uma redução no montante de 132.373,00€ correspondente a menos 5 % do montante recebido em 2010.

De registar que foi possível no ano 2011 arrecadar 3.528.188,83 euros de receita apoiada pelo programa QREN.

Os projetos integrados no programa QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias no ano em análise, foram:

- Ampliação da Escola de S. Jorge no montante de 70.154,96€;

97

[Handwritten signatures]

- Construção da Extensão de Saúde do Juncal no montante de 95.458,84€
- Construção do Parque da Vila em Porto de Mós no montante de 1.307.168,93€;
- Remodelação da conduta do tojal no montante de 149.958,81€;
- Construção da Ecopista - reconversão da linha férrea no montante de 297.717,54€;
- Construção da 3ª fase do parque industrial no valor de 29.392,19€;
- Espaço Jovem – requalificação das antigas piscinas, no montante de 199.191,55€;
- Abastecimento de água ao Livramento, no montante de 98.805,63€;
- Ampliação da rede de águas a São Bento/Penedos Belos, no montante de 90.348,35€
- Requalificação Av. Santo António/Av. Francisco Sá Carneiro no montante de 143.414,58€
- Saneamento de Mira de Aire -1ª fase no valor de 1.124.799,74€;

2.2.6 – Evolução da Despesa por Natureza

2.2.6.1– Evolução da Despesa Corrente

As Despesas Correntes são compostas principalmente, pelas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, assumindo um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se trata de despesas fixas de funcionamento, pelas transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes.

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2009/2011, evidenciando a execução orçamental numa “ótica de caixa”.

Evolução Despesas Correntes	Un.: Euros		
	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
01 - Pessoal	4.671.242,84	5.025.127,30	4.825.999,11
02 - Aquisição de Bens e Serviços	5.459.351,69	5.619.747,53	6.189.863,29
03 - Juros e Outros Encargos	144.857,37	56.944,69	84.772,64
04 - Transferências Correntes	849.445,14	961.976,47	911.701,01
05 - Subsídios	0,00	0,00	0,00
06 - Outras Despesas Correntes	190.543,04	93.195,64	108.257,07
Total	11.315.440,08	11.756.991,63	12.120.593,12



A despesa com pessoal registou um decréscimo de cerca de 199.128,19€ relativamente ao ano transato.

A evolução positiva registada na despesa corrente, nomeadamente no capítulo da aquisição de bens e serviços, reflete a preocupação séria que este executivo tem tido na sua realização. Contudo esta é uma rubrica em que existem despesas cuja redução é muito difícil, ou mesmo impossível, como é o caso dos serviços básicos prestados pelo Município, nos domínios da educação escolar, da água, do saneamento e da recolha e tratamento dos RSU's, conforme evidenciado no seguinte quadro.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e sua evolução

Fornecedores	Tipo de Serviço ou Produto	Valor pago (euros)			Taxa Variação 2010/2011
		2009	2010	2011	
Suma, Sa	Limpeza Higiene Urbana	628.662,56 €	591.176,56 €	696.402,58 €	17,8%
EDP Universal, Sa	Eletricidade	895.329,12 €	955.364,44 €	1.125.298,13 €	17,8%
Valorlis, Sa	Tratamento Resid. Sólidos	298.122,61 €	289.280,55 €	322.387,38 €	11,4%
Simlis, Sa	Trat. Efluentes Urbanos	334.716,82 €	435.165,65 €	523.027,65 €	20,2%
Repsol Portuguesa Sa	Fornecimento Combustível e Portagens	152.769,80 €	115.667,75 €	28.801,17 €	-75,1%
Petróleos de Portugal - Petrogal Sa	Fornecimento Combustível		51.747,87 €	169.092,17 €	226,8%
Associação Desportiva Portomosense	Fornecimento Almoços e Prolongamentos, Transportes e AECs	444.869,50 €	435.669,28 €	491.569,54 €	12,8%
Casa do Povo da Calvaria de Cima	Fornecimento Almoços e Prolongamentos	95.546,47 €	115.127,45 €	137.533,42 €	19,5%
Centro Paroquial Assistencia do Juncal	Fornecimento Almoços e Prolongamentos e Transportes	109.013,59 €	121.745,72 €	132.095,83 €	8,5%
Rodoviária do Tejo	Transporte de Alunos	313.859,10 €	280.355,85 €	348.310,10 €	24,2%
Águas do Lena	Fornecimento de Água	79.400,14 €	48.258,26 €	77.270,93 €	60,1%
EPAL	Fornecimento de Água	206.926,00 €	231.540,25 €	282.059,35 €	21,8%
C.T.T.	Avença e Enc. Cob. Água	86.283,17 €	84.679,14 €	83.385,25 €	-1,5%
Total		3.645.498,88 €	3.755.778,77 €	4.417.233,50 €	17,6%

Da análise do quadro verifica-se que existem despesas correntes em que esse combate se mostra infrutífero, a avaliar, por exemplo, pelo défice de exploração acentuado no que respeita aos serviços básicos prestados pelo Município, sobretudo os referentes à água, saneamento e à recolha e tratamento de lixo. A tendência das receitas nestas áreas é para a diminuição e a despesa para o aumento a avaliar pelos dados constantes do quadro anterior com aumentos nos custos diretos, por exemplo com as empresas Simlis, S.A. e EPAL.

A análise a seguir apresentada permite verificar o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, nestas áreas de intervenção e no cumprimento das suas atribuições, demonstrando-se o custo social suportado no ano 2011.

Água, Saneamento e Resíduos Sólidos – Resultados Operacionais Ano 2011

Ano 2011	Receita	Despesa	Custo Social suportado pelo Município	
			Montante	%
Água	1.086.480,20 €	1.709.630,18 €	623.149,98 €	57,35%
Saneamento	154.129,75 €	1.143.412,37 €	989.282,62 €	641,85%
Resíduos sólidos Urbanos	468.032,03 €	1.532.485,24 €	1.064.453,21 €	227,43%
Total	1.708.641,98 €	4.385.527,79 €	2.676.885,81 €	156,67%

Nota: Este quadro não contempla os valores associados a investimento

2.2.6.2 Evolução da Despesa de Capital

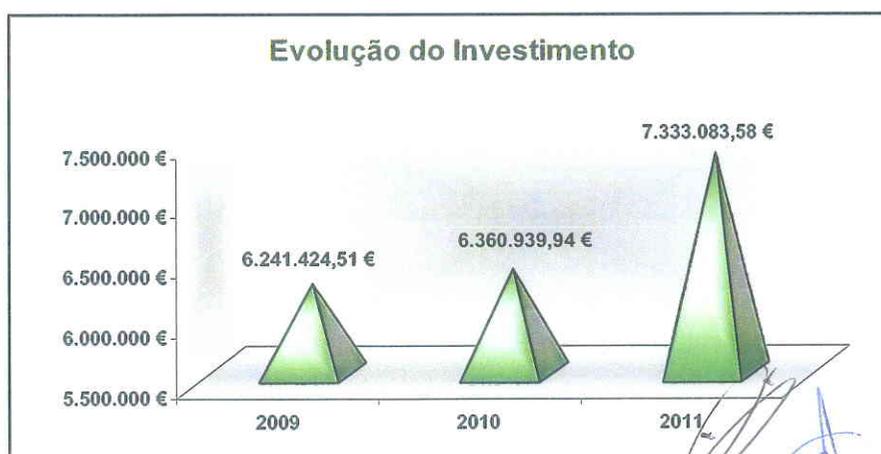
O aumento constante do investimento ao longo dos últimos três anos é o resultado concreto de um dos objetivos do Executivo Municipal desde a sua tomada de posse.

O quadro e o gráfico seguintes ilustram inequivocamente o esforço dispendido na busca da meta pretendida.

2.2.6.3 – Investimento por Residente

Exercícios Económicos	Montante Executado	Nº de habitantes	Investimento por residente
2009	6.241.424,51 €	25153	248,14 €
2010	6.360.939,94 €	25153	252,89 €
2011	7.333.083,58 €	24342 ^(*)	301,25€

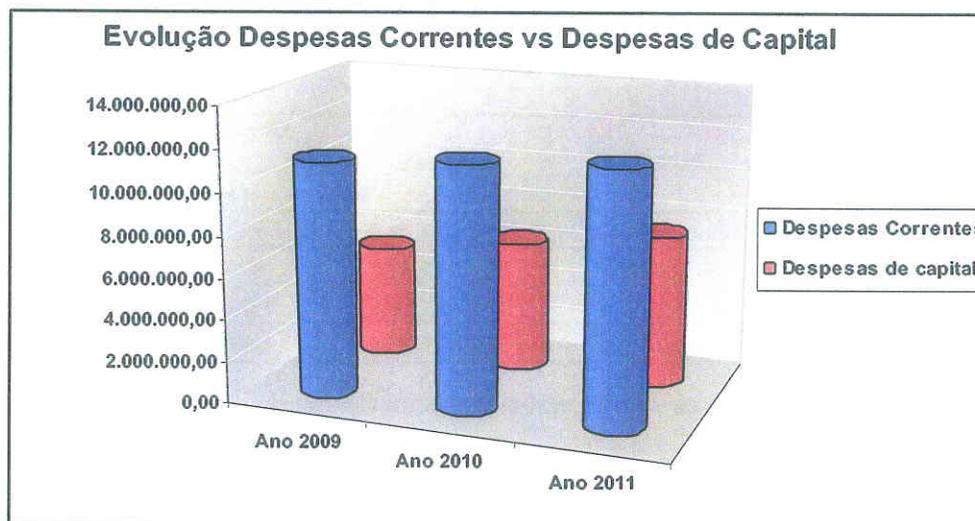
(*) dados dos censos 2011



Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.

2.2.7– Despesas de Capital Vs Despesas Correntes



3 - Recursos Humanos

O funcionamento da estrutura municipal depende essencialmente dos recursos humanos.

O número de trabalhadores ao serviço da Autarquia em 31 de dezembro do ano 2011 era de 328, conforme se demonstra no quadro seguinte.

No ano em análise, comparativamente ao ano transato houve um decréscimo de 3,5% do efetivo humano da Câmara Municipal de Porto de Mós.

Desdobramento por Carreiras ou Funções dos Recursos Humanos a 31 de dezembro 2011

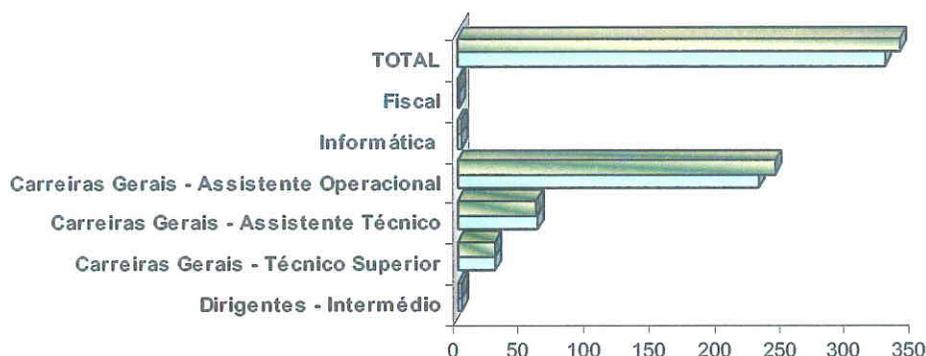
	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Informática	Fiscal	TOTAL
Comissão de Serviço	3	0	0	0	0	0	3
CTFP por Tempo Indeterminado	0	28	60	184	3	1	276
CTFP a Termo Resolutivo Certo	0	0	2	47	0	0	49
TOTAIS	3	28	62	231	3	1	328

Seguidamente apresentamos a evolução do pessoal relativamente ao ano transato.

Evolução do número de trabalhadores segundo o Grupo Profissional

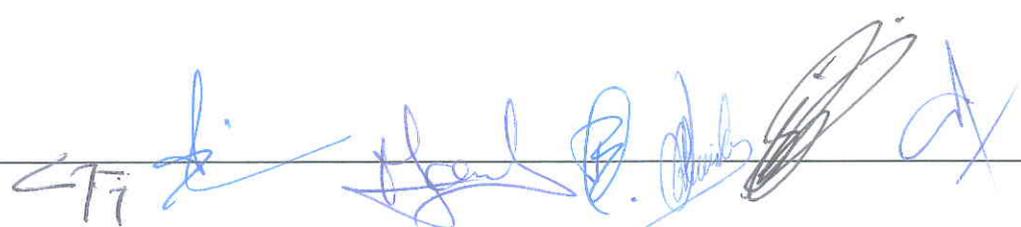
Designação	2010	Peso Relat. (%)	2011	Peso Relat. (%)	Var. Abs
Dirigentes - Intermédio	3	0,88%	3	0,91%	0
Carreiras Gerais - Técnico Superior	28	8,24%	28	8,82%	0
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	61	17,95%	62	18,85%	1
Carreiras Gerais – Assist. Operacional	244	71,76%	231	70,21%	-13
Informática	3	0,88%	3	0,91%	0
Fiscal	1	0,29%	1	0,30%	0
TOTAL	340	100,00%	328	100,00%	-12

Evolução dos Recursos Humanos



Contrato Emprego Inserção – CEI (IEFP)

Relativamente aos Contrato Emprego Inserção – CEI (antigos Acordos de Atividade Ocupacional ou Poc`s), o número de beneficiários ao longo do ano 2011 foram cerca de 30, mantendo-se a média verificada no ano anterior. A 31 de dezembro de 2011, o número de beneficiários deste programa era 31, enquanto em período homólogo do ano transato o número de beneficiários eram cerca de 30

Estágios

No quadro da responsabilidade social a Câmara Municipal no ano 2011 proporcionou alguns estágios curriculares, pretendendo-se contribuir para a formação dos jovens em contexto de trabalho.

Quanto ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), foram realizados 2 estágios profissionais, financiados a 70% pelo Programa Operacional Potencial Humano.

3.1– Evolução do Absentismo

O absentismo registou uma evolução ligeiramente negativa em relação ao exercício transato, mas mantém-se em valores ainda altos.

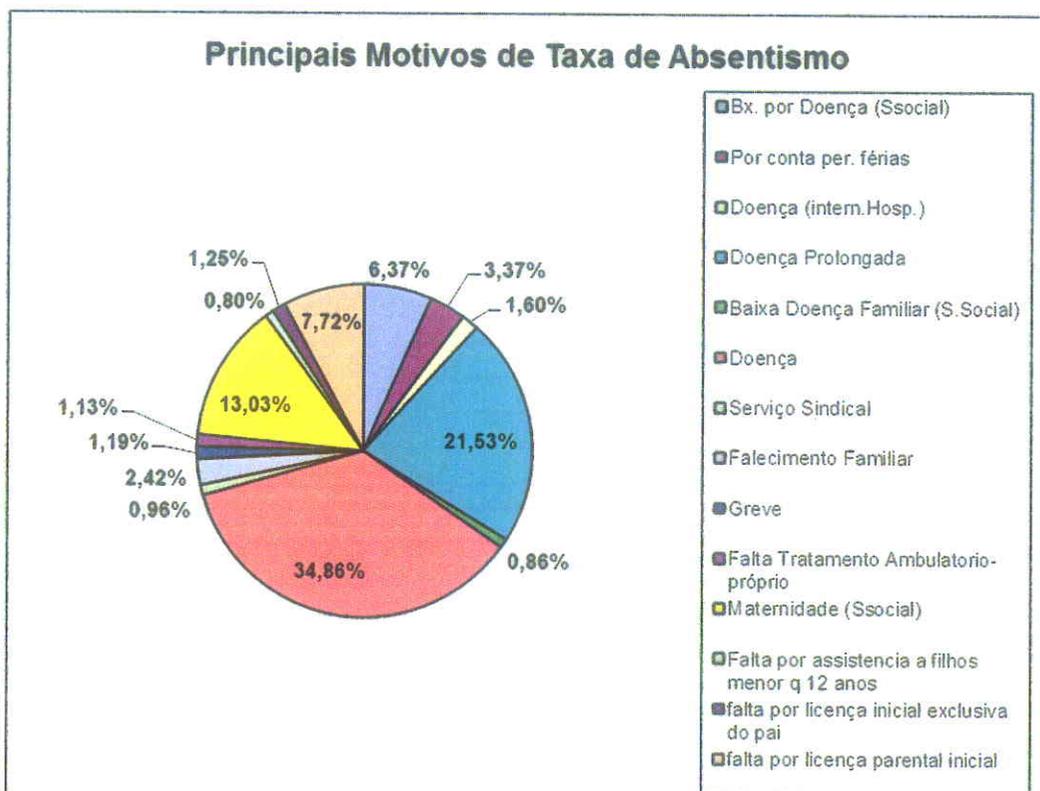
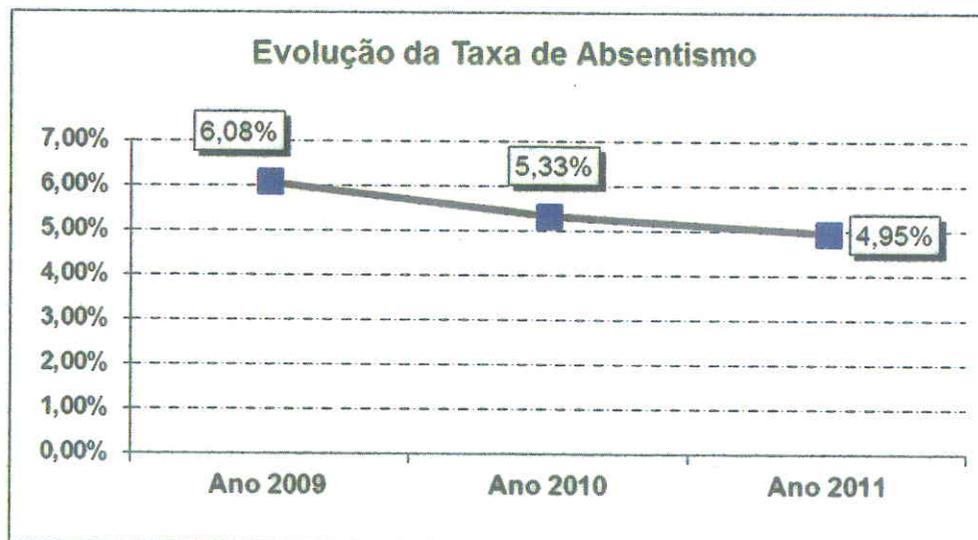
Da apreciação do quadro seguinte, que evidencia a tipologia de faltas que traduz o absentismo, verifica-se que no ano 2011, à semelhança dos anos anteriores, as faltas por motivo doença continuam a ser a razão principal de ausência ao serviço, seguidas das faltas por maternidade / paternidade, pelo que se constata que aquelas ausências correspondem, em grande percentagem, a direitos com elevada proteção legal e até social, resultantes da permissiva legislação laboral em vigor.

O quadro seguinte evidencia a evolução dos valores registados e as suas causas.

ABSENTISMO								
Tipos de Faltas	2009		2010			2011		
	Nº. Dias	% de Faltas	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 09	Nº. Dias	% de Faltas	Var. Faltas 10
Bx. por Doença (Ssocial)	612	4,48%	962	7,14%	350	326	2,46%	-636
Baixa Doença Familiar (S.Social)	0	0,00%	25	0,19%	25	44	0,33%	19
Cons.Méd./Trat.A.Famil.<10 anos	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Cons.Méd./Trat.A.Famil.	24	0,18%	27	0,20%	3	16	0,12%	-11
Assist.Famil.<10 anos	100	0,73%	0	0,00%	-100	0	0,00%	0
Assit. A Familiares	18	0,13%	16	0,12%	-2	10	0,08%	-6
Consultas Médicas	2	0,01%	0	0,00%	-2	0	0,00%	0
Cumprtº. Obrig.Legais	1	0,01%	3	0,02%	2	6	0,05%	3
Doação - Sangue	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%	0
Ex. Comp. Diagonósticos	0	0,00%	0	0,00%	0		0,00%	0
Injustificadas	0	0,00%	0	0,00%	0		0,00%	0
Intern. Filhos <10 anos	0	0,00%	0	0,00%	0		0,00%	0
Part.Mesa Eleitoral	0	0,00%	0	0,00%	0	9	0,07%	9
Por Acid. Serviço	0	0,00%	0	0,00%	0		0,00%	0
Por atividade Sindical	0	0,00%	0	0,00%	0	2	0,02%	2
Casamento	32	0,23%	22	0,16%	-10	30	0,23%	8
Por conta per. férias	210	1,54%	223	1,66%	13	172,5	1,30%	-50,5
Serviço Sindical	50	0,37%	56	0,42%	6	49	0,37%	-7
Doença (intern.Hosp.)	50	0,37%	73	0,54%	23	82	0,62%	9
Doença Prolongada	2846	20,84%	1480	10,99%	-1366	1102	8,32%	-378
Doença	1525	11,17%	1526	11,33%	1	1784	13,48%	258
Exs Povas de Avaliação	40	0,29%	35	0,26%	-5	20	0,15%	-15
Falecimento Familiar	48	0,35%	87	0,65%	39	124	0,94%	37
Greve	2	0,01%	97	0,72%	95	61	0,46%	-36
Maternidade ADSE)	41	0,30%	152	1,13%	111	0	0,00%	-152
Nascimento	0	0,00%	0	0,00%	0		0,00%	0
Falta prova de concursos	0	0,00%	1	0,01%	1	5	0,04%	4
Falta trabalhador estudante	0	0,00%	0	0,00%	0	3	0,02%	3
Falta por motivo não imputável. ao func.	0	0,00%	0	0,00%	0	1	0,01%	1
Trat.Ambul.Cons.Exes	2	0,01%	0	0,00%	-2	0	0,00%	0
Falta Tratamento Ambulatorio-próprio	21	0,15%	37	0,27%	16	58	0,44%	21
Licença Parental inicial exclusiva do pai	0	0,00%	0	0,00%	0	15	0,11%	15
Licença Parental	10	0,07%	0	0,00%	-10	0	0,00%	0
Maternidade (Ssocial)	537	3,93%	588	4,37%	51	667	5,04%	79
Falta paternidade (Seg.social)	0	0,00%	0	0,00%	0	4	0,03%	4
Falta por Consultas Pré-natais	1	0,01%	0	0,00%	-1	0	0,00%	0
Falta por assistência a familiares >q 12 anos	13	0,10%	2	0,01%	-11	26	0,20%	24
Falta por assistência a filhos menor q 12 anos	35	0,26%	74	0,55%	39	41	0,31%	-33
falta por licença inicial exclusiva do pai	11	0,08%	138	1,02%	127	64	0,48%	-74
falta por licença parental inicial	30	0,22%	1	0,01%	-29	395	2,98%	394
Sub Total , sem férias	6261	6,08%	5625	5,33%	-636	5117,5	4,95%	-507,5
Férias ano anterior	35	0,26%	0	0,00%	-35	270	2,04%	270
Férias contratados	80	0,59%	0	0,00%	-80	0	0,00%	0
Férias	7278,5	53,30%	7.842,50	58,23%	564	7851,5	59,31%	9
Totais, inc. férias	13.654,50	13,27%	13.467,50	12,75%	-187	13239,00	12,80%	-228,5

977

 21



3.2– Despesas com o Pessoal

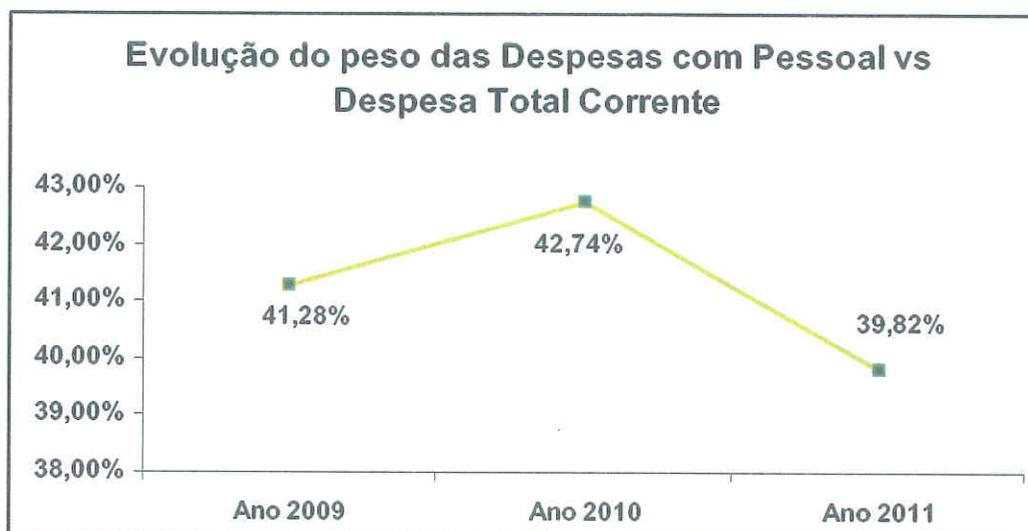
As despesas com o pessoal têm sido objeto de muita atenção por parte do Executivo Municipal. Para além do controlo e limitação impostos pela Administração Central, também o Executivo Municipal se preocupa em admitir custos apenas em casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2009 / 2011.

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam em 2011 a 4.825.999,11€, verificando-se uma redução em relação ao ano anterior de 199.128,19€. Estas despesas representaram 39,82 % das despesas correntes e 24,80 % do total das despesas.

Resumo dos encargos com o pessoal no triénio de 2009/2011.

Assembleia Municipal	2009	2010	2011
Despesas com pessoal	14.323,05 €	10.760,71 €	11.577,68 €
Outros suplementos e prémios	14.204,82 €	10.645,40 €	11.524,85 €
Seguros	118,23 €	115,31 €	52,83 €
Câmara Municipal			
Despesas com pessoal	4.656.919,79 €	5.014.366,59 €	4.814.421,43 €
Remunerações certas e permanentes	3.819.868,73 €	3.981.720,09 €	3.919.913,49 €
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	133.253,84 €	130.136,47 €	112.108,44 €
Pessoal quadros - regime contrato individual trabalho	2.239.793,90 €	2.345.390,94 €	2.400.403,16 €
Pessoal contratado a termo	425.803,14 €	437.212,07 €	279.172,46 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	3.492,48 €	32.160,94 €	53.351,00 €
Pessoal aguardando aposentação	9.707,95 €	1.354,17 €	5.049,97 €
Pessoal em qualquer outra situação	21.546,74 €	59.496,84 €	104.756,35 €
Representação	32.876,38 €	34.751,80 €	29.390,42 €
Subsídio de refeição	323.228,13 €	340.059,09 €	333.498,52 €
Subsídio de férias e de Natal	523.632,39 €	523.752,76 €	527.616,58 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	106.533,78 €	77.405,01 €	74.566,59 €
Abonos variáveis ou eventuais	94.219,95 €	98.507,51 €	73.696,77 €
Horas extraordinárias	77.517,56 €	60.659,96 €	59.214,27 €
Ajudas de custo	1.560,04 €	1.274,17 €	490,59 €
Abono para falhas	3.400,84 €	3.197,95 €	3.785,97 €
Subsídio de turno	4.697,77 €	4.557,15 €	4.504,15 €
Indemnizações por cessação de funções	1.800,00 €	22.948,77 €	2.328,48 €
Outros suplementos e prémios	5.243,74 €	5.869,51 €	3.373,31 €
Segurança social	742.831,11 €	934.138,99 €	820.811,17 €
Encargos com a saúde	63.029,97 €	230.530,63 €	109.259,35 €
Outros encargos com a saúde	48.795,78 €	42.895,84 €	49.076,21 €
Subsídio familiar a criança e jovens	38.316,22 €	33.793,06 €	19.050,48 €
Outras prestações familiares	12.166,67 €	16.370,15 €	8.921,46 €
Contribuições para a segurança social	544.480,81 €	570.787,71 €	598.076,25 €
Caixa Geral de Aposentações	378.065,11 €	366.133,42 €	365.502,97 €
Segurança social-Regime geral	166.415,70 €	204.654,29 €	232.573,28 €
Acidentes em serviço e doenças profissionais		47,30 €	
Seguros	36.041,66 €	39.714,30 €	36.427,42 €
Total das Despesas com o Pessoal	4.671.242,84 €	5.025.127,30 €	4.825.999,11 €



Na rubrica da segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições da Autarquia como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e as despesas com saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida com ADSE. Quanto a essa matéria é de referir que são as Autarquias que suportam de facto todos os encargos com saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE funciona apenas como intermediário com os estabelecimentos de saúde (hospitais e centros de saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

4 - Apoio Social

Os serviços prestados pelo Município de natureza social, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada vez maior no conjunto das despesas correntes.

Assim, no que respeitas às despesas correntes, parcialmente comparticipadas pela Administração Central, do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, designadamente o fornecimento de refeições dos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, os prolongamentos de horário aos alunos do pré - escolar, as atividades de enriquecimento curricular e outras despesas de funcionamento em relação a estes dois níveis de ensino, registaram em relação ao ano de 2010 um acréscimo de 9%.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente desde 2005. Este aumento de atividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

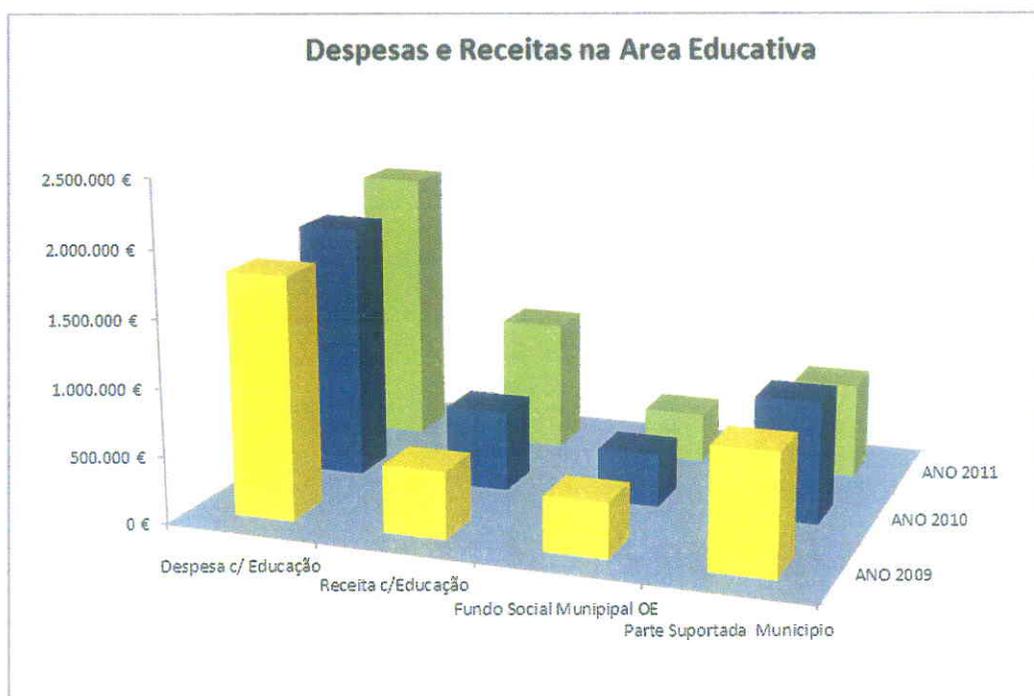
Relativamente à repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, a Lei n.º 02/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), no art. 19.º e art. 24.º determina que o Fundo Social Municipal (FSM) é uma subvenção específica cujo valor corresponde às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios, associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou ação social.

Com base no princípio dos deveres de informação estabelecido no artigo 50º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, informa este município a DGAL – através da aplicação SIAL – das despesas elegíveis para atribuição e justificação deste fundo e que ascendem aos valores apresentados no quadro seguinte.

Despesas e Receitas na Área Educativa

	Despesa c/ Educação	Receita c/ Educação	Fundo Social Municipal OE	Parte Suportada pelo Município
ANO 2009	1.800.000 €	500.000 €	408.452€	891.548 €
ANO 2010	1.900.000 €	600.000 €	395.063€	904.937 €
ANO 2011	2.072.355 €	985.863 €	374.593€	711.899 €

Nota: Este quadro não contempla os valores associados a investimento



5 – Análise da Dívida

5.1 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

5.1.1 - Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2009/2011

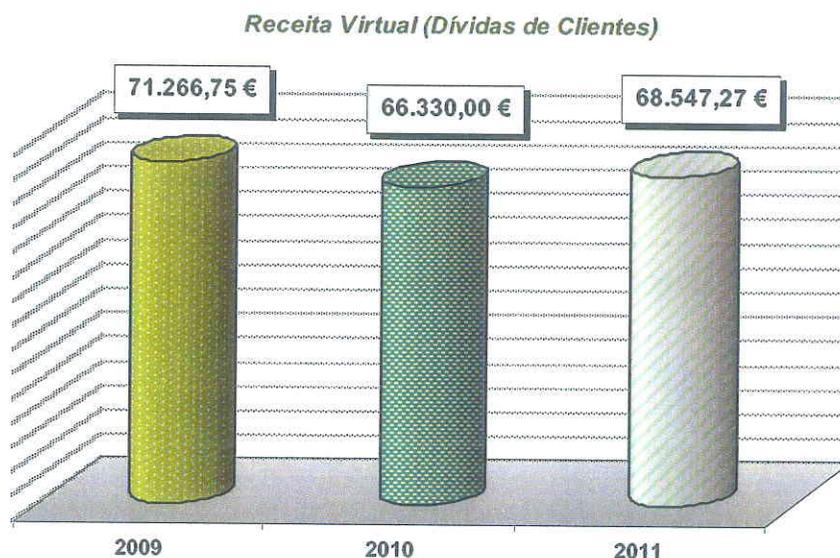
A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja verifica-se o fornecimento do bem ou a prestação do serviço sem que se receba de imediato a correspondente contrapartida monetária.

977

25

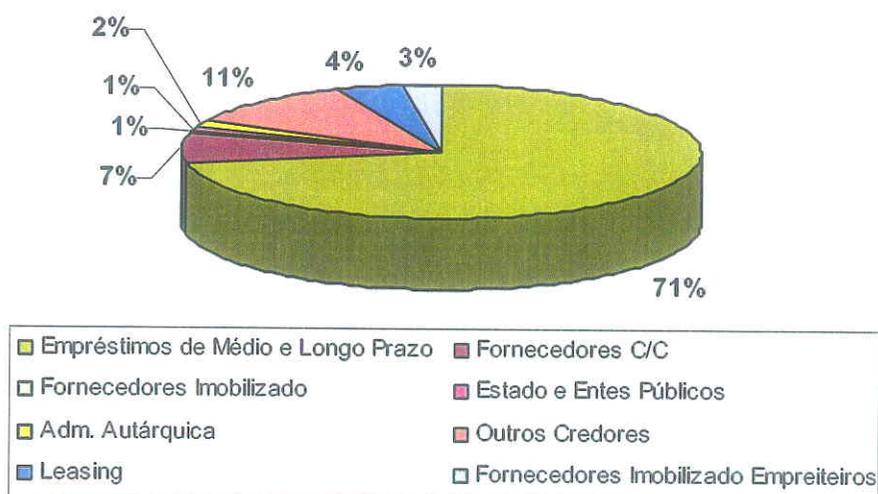
Comparativamente ao ano anterior o montante da dívida relativa a tais fornecimentos, à data de 31.12.2011, ascendia a 68.547,27€, tendo sofrido um acréscimo comparativamente ao ano 2010 de 3,34%.

O gráfico seguinte mostra a evolução dessa dívida referente à prestação de serviços.



5.1.2 ~ Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2009/2011

5.1.2.1 ~ Estrutura da Dívida



5.2 - Evolução da Dívida no Triénio 2009/2011

5.2.1 - Evolução da dívida a Terceiros

Em relação ao passivo de longo prazo manteve-se a tendência de aumento registada em anos transatos. Comparativamente ao ano de 2010, registou-se um aumento de empréstimos de cerca de 10,78%. Este aumento continua a dever-se à utilização dos dois últimos empréstimos contraídos.

Por outro lado, verificou-se uma redução da dívida a curto prazo de 43,66%, cujo maior peso incidiu na dívida a empreiteiros e na dívida a fornecedores de imobilizado que tiveram uma redução, comparativamente com 2010, de 80,16% e 72,34% respetivamente.

	Un.: Euros		
	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Dívida Financeira	3.413.178,88	3.888.982,71	4.308.088,54
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	3.413.178,88	3.888.982,71	4.308.088,54
Dívida Operacional	4.835.354,21	3.014.984,19	1.698.709,85
Fornecedores C/C	1.091.279,24	870.502,16	442.950,76
Fornecedores Imobilizado	178.125,80	149.916,53	41.462,49
Estado e Entes Públicos	51.305,40	60.832,10	52.573,00
Adm. Autárquica	131.597,96	156.816,74	90.440,51
Outros Credores	669.492,30	701.649,43	666.702,17
Leasing	319.141,16	304.077,83	251.547,39
Fornecedores Imobilizado Empreiteiros	2.394.412,35	771.189,40	153.033,53
Total Passivo	8.248.533,09	6.903.966,90	6.006.798,39

Notas:

1. O aumento da dívida de ML prazo está diretamente relacionado com a utilização dos dois últimos empréstimos contraídos.
2. No valor da dívida operacional - outros credores - está incluído o valor de 639.180,53 € referente a operações de tesouraria que incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e caucões prestadas.

Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos que se pode comprovar com a redução do seu passivo em cerca de 13% em comparação com o ano transato.

6 - Endividamento Municipal

6.1 - Limites ao Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 53º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2011) os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada Município em 2011, são apurados do seguinte modo:

“1 — Em 31 de dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril, de cada município não pode exceder o que existia em 30 de setembro de 2010.

2 — No ano de 2011, a contração de novos empréstimos de médio e longo prazos está limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril.”

Neste sentido e por indicações da DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, os limites de endividamento para a Câmara Municipal de Porto de Mós são:

Endividamento Líquido (EL)		Endividamento de Médio e Longo Prazos (EMLP)		
EL 30-09-2010	Limite EL 2011	MLP 30-09-2010	Rateio nº. 2 art.º 53 OE/2011	Limite EMLP 2011
(1)	(2) = (1)	(3)	(4)	(5) = (3) + (4)
4.719.965	4.719.965	3.177.120	1.526.531	4.703.651

Os montantes de endividamento a 31/12/2011 ficaram aquém do limite imposto, conforme quadro que se segue:

	Designação	Limite de Endivida/to	Montante em 31/12/2011	Observações
(1)	Capital em Dívida de Médio e Longo Prazos	4.703.651€	4.324.312 €	Saldo credor da conta 2312 - Empréstimos de médio e longo prazos, acrescido do empréstimo na AMAE
(2)	Capital em dívida excecionado dos Limites de Endividamento		333.604 €	Nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL e dos n.º 5 a 7 do art.º 33 do OE/2007
(3)	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar		3.990.708€	(5) = (1) - (2)
(4)	Endividamento Líquido	4.719.965€	4.669.044 €	Corresponde à diferença entre passivos e ativos financeiros
(5)	Dívidas à EDP 1988		0,00€	
(6)	Endividamento Líquido a considerar		4.335.440 €	(6) = (4) - (2) - (5)

Da análise dos quadros anteriores verifica-se que o Município de Porto de Mós cumpriu os limites legais impostos.

O limite legal de endividamento líquido da Autarquia para o ano de 2011 era de 4.719.965€, pelo que o valor do endividamento líquido apurado em 31 de dezembro de 2011 (4.335.440 €) corresponde a cerca de 91,85% do máximo legal permitido.

6.3 - Rácios do Endividamento, Evolução no Triénio de 2009 a 2011

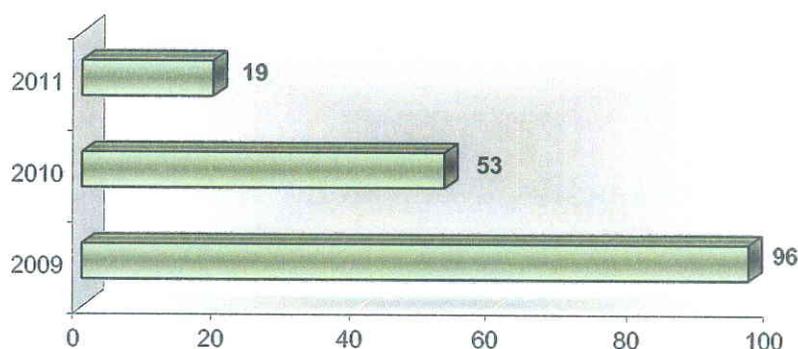
Indicadores	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Endividamento			
<u>Dívidas a Terceiros (CMLP)</u> Ativo Fixo + Ativo Circulante	19,14%	15,37%	12,35%
Peso do Endividam. M. e Longo Prazo			
<u>Dívidas a médio/longo prazo</u> Fundos Próprios	11,75%	12,69%	13,52%
Grau de Depend. M. e Longo Prazo			
<u>Dívidas a médio/longo prazo</u> Ativo Líquido	7,91%	8,65%	8,59%

6.4 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias

Considerando o período de 2009 a 2011, podemos observar pelo quadro e gráfico seguintes que o prazo médio de pagamentos teve um decréscimo considerável de 34 dias durante o ano de 2011, face aos restantes anos. Para apuramento destes valores são relevantes apenas os capítulos: “Aquisição de Bens e Serviços” e “Aquisição de Bens de Capital”. Outros fornecedores integrantes de outros capítulos, não são considerados neste critério.

Capítulos	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Aquis. Bens e Serviços	6.654.757,67 €	6.584.346,57 €	6.704.024,91€
Aquis. Bens de capital	7.599.217,49 €	6.503.156,68 €	6.836.121,08€
Total	14.255.984,16 €	13.089.513,25 €	13.540.145,99€
Dívida a fornecedores	3.765.697,29 €	1.888.636,62 €	707.993,66€
Prazo Médio em dias	96	53	19

Prazo Médio de Pagamento em dias



7 – Execução das GOP'S e do Plano

De acordo com o ponto 2.3 do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP'S) e o Orçamento. Portanto para além da análise orçamental importa também fazer uma análise à execução destes documentos Previsionais. Nas GOP'S são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem as Atividades mais Relevantes (AMR'S) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

7.1 - Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes

A execução das atividades mais relevantes representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, ao nível de ações que não resultam na aquisição de bens de investimento, mas são consideradas, pela sua materialidade e ou pela finalidade das mesmas de relevante interesse público para os munícipes, tendo uma natureza corrente.

O montante previsto para a execução das atividades mais relevantes no exercício de 2011 foi de 5.095.079,00€ e o montante global executado de 4.169.012,20€, verificando-se um grau de execução de 81,82 %. Para o elevado grau de execução destas atividades assume maior relevância as transferências entre administrações, o apoio a diversas entidades os contratos relacionados com os resíduos sólidos, no que concerne à recolha e tratamento, relevando uma responsabilidade elevada da Autarquia em concretizar as expectativas criadas às mesmas.

Destacam-se também os gastos com a Educação, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

7.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2011, espelha o investimento inicial previsto pelo Município, que foi de 10.907.607,15€ e o valor executado de 6.642.455,24€, verificando-se um grau de execução de 60,90%.

7.3 - Resumo das Grandes Opções do Plano

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2011 que inclui as alterações e revisões feitas foi de 16.002.686,15 € e o valor executado de 10.811.467,44€ verificando - se um grau de execução de 67,56 %. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2011 por objetivos.

Obj/Prog.	Designação das Rubricas	Plano Final	Cabimento	Compromisso	Realizado Total	Pago
1	Funções Gerais	344.765,00	235.606,92	235.606,92	235.606,92	228.022,23
111	Administração Geral	149.265,00	87.843,75	87.843,75	87.843,75	80.259,06
120	Seg. e Ordem Públicas	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Prot. Civil Luta Contra Inc.	193.000,00	147.763,17	147.763,17	147.763,17	147.763,17
2	Funções Sociais	12.407.877,15	10.250.709,90	9.978.107,47	9.104.728,27	8.722.010,10
210	Educação Jardins Infância	18.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Ensino Básico	737.517,15	456.250,86	456.250,86	393.354,03	392.465,37
212	Serv. Auxiliares de Ensino	1.570.500,00	1.457.282,10	1.457.282,10	1.451.981,79	1.345.041,22
220	Saúde	136.120,00	134.133,94	134.133,94	134.133,94	134.133,94
232	Ação Social	83.500,00	35.917,21	35.917,21	35.182,21	35.182,21
242	Ordenamento do Território	1.480.250,00	1.091.558,63	1.011.147,23	472.767,54	448.636,19
243	Saneamento	2.710.500,00	2.529.973,73	2.529.973,73	2.273.898,79	2.184.225,92
244	Abastecimento de Água	822.040,00	449.242,88	287.051,85	286.189,85	263.072,82
245	Resíduos Sólidos	1.151.000,00	1.093.426,24	1.093.426,24	1.093.426,24	1.021.703,23
246	Prot. Meio Amb. Cons. Nat.	708.000,00	557.773,47	557.773,47	551.010,79	551.010,79
251	Cultura	824.900,00	592.422,41	562.422,41	562.422,41	536.540,59
252	Desporto, Recreio e Lazer	425.250,00	272.496,01	272.496,01	270.128,26	239.765,40
253	Out. Act. Civ. Religiosas	110.000,00	53.274,34	53.274,34	53.274,34	43.274,34
254	Jardins e Arborizações	1.629.800,00	1.526.958,08	1.526.958,08	1.526.958,08	1.526.958,08
3	Funções Económicas	2.436.944,00	1.495.150,94	1.457.312,72	1.265.718,46	1.189.619,30
320	Indústria e Energia	1.023.100,00	905.950,94	870.859,84	707.990,98	633.916,52
330	Tran. e Comunicações	1.280.700,00	548.592,17	545.845,05	534.350,05	532.325,35
340	Comércio e Turismo	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
341	Mercado e Feiras	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
342	Turismo	51.144,00	40.607,83	40.607,83	23.377,43	23.377,43
351	Investimentos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352	Rede Urbana p/comp. e Ino.	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Outras Funções	813.100,00	708.081,36	708.081,36	708.081,36	671.815,81
420	Transf. Entre Administ.	813.100,00	708.081,36	708.081,36	708.081,36	671.815,81
Total		16.002.686,15	12.689.549,12	12.379.108,47	11.314.135,01	10.811.467,44

8 - Indicadores Gerais da Atividade

8.1 - Evolução dos Indicadores da Atividade no Triénio de 2009/2011

Sobre a evolução das contas do Município nos últimos três anos, apresentamos alguns indicadores da gestão e da atividade. De uma forma geral os indicadores registados em 2011, não podem deixar de ser considerados positivos.

RÁCIOS	2009	2010	2011
Receita Total	100,08%	100,13%	102,11%
Despesa Total			
Despesas Correntes	86,51%	90,97%	93,56%
Receitas Correntes			
Despesas de Capital	139,62%	122,37%	106,71%
Receitas de Capital			
Despesa Total	99,92%	99,87%	97,93%
Receita Total			
Investimento	28,62%	30,76%	33,44%
Receita Total			
Receitas próprias	43,73%	39,53%	38,23%
Receita Total			
Receitas Correntes	74,44%	71,24%	65,22%
Receita Total			
Transferências Correntes	36,31%	36,03%	31,17%
Receita Total			
Transferências Correntes	48,79%	50,58%	47,79%
Receitas Correntes			
Transferências Capital	77,95%	84,92%	87,92%
Receitas Capital			
Despesas Correntes	64,45%	64,89%	62,30%
Despesa Total			
Despesa Capital	35,55%	35,11%	37,70%
Despesa Total			
Despesa Pessoal	26,61%	27,34%	24,81%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Correntes	31,10%	31,02%	31,82%
Despesa Total			
Aquisição Bens Serviços Capital	28,64%	30,80%	34,14%
Despesa Total			

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and marks]

9 – Análise da Situação Económica e Financeira

9.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

9.1.1 - Balanço

O Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados proporciona uma visão completa sobre a situação financeira e patrimonial do Município no final do exercício de 2011.

	Un.: Euros		
Balanço	2009	2010	2011
Ativo	43.124.382,40	44.951.757,95	50.153.772,45
<i>Ativo Fixo</i>	<i>40.803.662,58</i>	<i>42.654.043,83</i>	<i>47.477.759,41</i>
• Imobilizado	40.803.662,58	42.654.043,83	47.477.759,41
<i>Ativo Circulante</i>	<i>2.288.314,76</i>	<i>2.255.996,52</i>	<i>2.669.831,18</i>
• Existências	1.665.400,35	1.594.251,01	1.552.458,37
• Dívidas de Terceiros	88.728,29	59.126,10	67.356,80
• Disponibilidades	534.186,12	602.619,41	1.050.016,01
Acréscimos e Diferimentos	32.405,06	41.717,60	6.181,86
Fundos Próprios	<i>29.045.758,29</i>	<i>30.634.097,19</i>	<i>33.385.697,18</i>
• Património	17.241.938,72	17.241.938,72	17.241.938,72
• Reservas	334.123,73	429.490,64	508.907,59
• Resultados Transitados	9.562.357,68	11.374.328,93	14.113.368,17
• Resultados Líquidos	1.907.338,16	1.588.338,90	1.521.482,70
Passivo	<i>14.078.624,11</i>	<i>14.317.660,76</i>	<i>16.768.075,27</i>
Passivo Exigível	8.248.533,09	6.903.966,90	6.006.798,39
• Dív. a Terceiros – médio e longo prazo	3.413.178,88	3.888.982,71	4.308.088,54
• Dívidas a Terceiros – curto prazo	4.835.354,21	3.014.984,19	1.698.709,85
Passivo Não Exigível	5.830.091,02	7.413.693,86	10.761.276,88
• Acréscimos e Diferimentos	5.830.091,02	7.413.693,86	10.761.276,88

O total do Ativo Líquido atingiu em 2011 o montante de **50.153.772,45€** traduzindo um acréscimo de 11,57% face ao ano transato, impulsionado essencialmente pelo aumento do Ativo Fixo.

Os Fundos próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em **33.385.697,18€**, traduzindo uma subida de 8,98% em relação ao ano 2010.

O passivo exigível do Município é principalmente de Médio e Longo Prazo, não fazendo, deste modo pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A expressiva rubrica de proveitos diferidos de 10.761.276,88€, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

9.1.2 - Demonstração de Resultados

O Resultado Líquido de Exercício de 2011 totalizou 1.521.182,70 €, o que representa uma redução relativamente ao ano transato de 66.856,20€ causada principalmente pela redução verificada nos resultados operacionais.

Un.: Euros

Resumo da Demonstração de Resultados	2009	2010	2011
Resultados Operacionais: (A)	2.584.767,46	2.015.301,28	1.628.496,73
Resultados Financeiros: (B)	-102.909,78	-45.281,68	-75.442,04
Resultados Correntes: (A)+(B)	2.481.857,68	1.970.019,60	1.553.054,69
Resultados Extraordinários: (C)	-574.519,52	-381.680,70	-31.571,99
Resultado Líq. de Exercício: (A)+(B)+(C)	1.907.338,16	1.588.338,90	1.521.482,70

9.2 - Indicadores Económico – Financeiros

Para que se possa realizar uma análise da situação financeira recorre-se a um conjunto de indicadores de gestão que são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico-financeiro de uma edilidade.

De seguida apresentam-se alguns rácios que evidenciam a posição financeira do Município de Porto de Mós, os quais tem por base o Balanço realizado em 31 de dezembro de 2011.

Indicadores	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011
Rendibilidade Líquida do Ativo <u>Resultado Líquido</u> Ativo	4,42%	3,53%	3,03%
Liquidez Geral <u>Ativo Circulante</u> Passivo a Curto Prazo	47,32%	74,83%	157,17%
Liquidez Imediata <u>Disponibilidades</u> Passivo a Curto Prazo	11,05%	19,99%	61,81%
Índice de Solvência <u>Dívidas a Terceiros</u> Ativo Total	19,13%	15,36%	11,98%
Índice de Autonomia <u>Fundos Próprios</u> Ativo Total	67,35%	68,15%	66,57%

9.3 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

9.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL.

Ponto 8.2.1 Não se aplica.

Ponto 8.2.2 Não se aplica.

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido foram valorizados de acordo com o valor patrimonial atribuído. No que respeita à valorização das estradas municipais, caminhos municipais, vias municipais e alguns parques e jardins, esta resultou da avaliação segundo critérios técnicos adequados à natureza desses bens e efetuados por um técnico pertencente à Câmara Municipal. Durante o ano de 2011 as imobilizações corpóreas foram avaliadas e registadas ao custo de aquisição.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

c) Amortizações

As amortizações dos ativos imobilizáveis foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

As amortizações do exercício de 2011 correspondem às evidenciadas no mapa das Amortizações e Provisões na coluna reforço e as amortizações acumuladas correspondem no mapa ao saldo final. O valor das amortizações acumuladas a regularizar derivado dos bens abatidos ao inventário está evidenciado no referido mapa na coluna regularizações.

d) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos na rubrica vendas e prestação de serviços são representados maioritariamente pela faturação de água.

e) Outras Prestações de Serviços

Os valores indicados nesta rubrica resultam essencialmente dos serviços prestados na ligação e restabelecimento à rede de água, no aluguer dos contadores, na execução de ramais, serviços sociais, entre outras.

f) Fornecimento e Serviços Externos

Nesta conta foram registados encargos de instalações, trabalhos especializados, conservação e reparação de bens, seguros, entre outros custos decorrentes da atividade da Câmara Municipal.

Ponto 8.2.4 Não se aplica

Ponto 8.2.5 Não se aplica

Ponto 8.2.6 Não se aplica

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Ativo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Ativo Imobilizado agrupados por grupos homogêneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão refletidos nos mapas em anexo.

Subsídios para Financiamento do Imobilizado Corpóreo

Alguns dos bens inventariados foram financiados.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Notas a algumas contas:

Imobilizado em Curso

Existem bens imóveis contabilizados no balanço na conta “imobilizado em curso”, que não foram transferidos para imobilizado dado que ainda não estão registados em nome do município.

Bens Adquiridos em Estado de Uso

No ano 2011 foi adquirido em estado de uso um lote de prateleiras de arquivo e um bloco de gavetas no valor de 1.266,90€.

Abates e Transferências de Bens do Ativo Imobilizado

Durante o ano 2011 foram feitas transferências de bens do ativo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Ponto 8.2.9 Não se aplica

Ponto 8.2.10 Não se aplica

Ponto 8.2.11 Não se aplica

Ponto 8.2.12 Imobilizações em Poder de Terceiros

Rendimentos de Propriedades do Município		Receita ano 2011			
Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Terrenos	Edifícios	Habitações	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.265,46 €			
Be Towering - Gestão de Torres e Tel. Sa	505664798	3.480,00 €			
Portugal Telecom SGPS	503215058	2.847,24 €			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				185.558,21 €
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029				894.832,68€
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410165		312,00 €		
Sousa Carreira e Vala (Esplanada Jardim)	502086815		6.503,01 €		
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860		324,00 €		
Coral Calçada Romana Associação Cultural	507246373		150,00 €		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		336,00 €		
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz e Juncal	505076837		162,00 €		
João Pedro Carvalho Ribeiro (Bar da Piscina Municipal)	191818445		3.003,62 €		
Ações com Charme (Bar da Piscina Municipal)	509494552		5.269,32€		
José Manuel Duarte Pimenta Pestana (Snack bar do Parque Verde)	126191956		369,00€		
Diana Margarida da Silva Alves (cafetaria Parque da Vila)	236085743		1.574,40€		
Habitação Social				144,00 €	
Total		11.592,70 €	18.003,35 €	144,00 €	1.080.390,89 €

Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
424040104	Veiculo Ligeiro Comercial Nissan Navarra	29.107,75 €	9.377,84 €	19.729,91 €
424040105	Veiculo Ligeiro Passat	33.576,78 €	13.045,26 €	20.531,52 €
424040203	Mini-Autocarro	153.586,78 €	54.278,66 €	99.308,12 €
424040304	Mini-Carregadora	26.160,00 €	11.625,52 €	14.534,48 €
424040106	Toyota Hilux	18.882,72 €	3.536,05 €	15.346,67 €
424040107	Toyota Dyna	29.610,55 €	7.402,64 €	22.207,91 €
424040108	Toyota Yaris	15.367,98 €	3.534,50 €	11.833,48 €
424040303	Retroescavadora JCB	46.087,60 €	3.290,65 €	42.796,95 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola de Alvedos	19.978,92 €	2.852,98 €	17.125,94 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola de Arrimal	22.710,21 €	3.243,02 €	19.467,19 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola de Calvaria de Cima	22.710,21 €	3.243,02 €	19.467,19 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola de São Jorge	22.710,21 €	3.243,02 €	19.467,19 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola do Juncal	22.710,21 €	3.243,02 €	19.467,19 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola da Mendiga	22.710,21 €	3.243,02 €	19.467,19 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola de Porto de Mós	22.710,21 €	3.243,02 €	19.467,19 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Escola de Serro Ventoso	19.978,92 €	2.852,98 €	17.125,94 €
423017	Microgeração de Energia Elétrica na Cantina Escolar de Porto de Mós	19.978,92 €	2.852,98 €	17.125,94 €

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Dada a morosidade de todo o processo de Inventário e avaliação de todos os bens pertencentes ao património do Município de Porto de Mós, não foi ainda possível o levantamento das redes de abastecimento de água do Concelho.

Inventariadas estão as redes de água que vão sendo construídas, ampliadas ou remodeladas, os reservatórios e as estações elevatórias.

Por outro lado existem bens imóveis ainda não incluídos no inventário por não estarem devidamente registados, razão pela qual também não figuraram no Balanço. Anexa-se uma lista dos bens nesta situação.

Existem ainda alguns bens que, por serem muitos antigos, não foram possíveis as suas valorizações. A sua valorização com recurso à avaliação técnica mostra-se injustificada, pelo que os mesmos assumiram o valor zero até que sejam objeto de uma grande reparação para, a partir daí, serem valorizados. Anexa-se uma lista contendo os bens nesta situação.

Ponto 8.2.15 (Não se aplica)

977

Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 as partes de capital em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Ações	(a)	(a)
Simlis - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.	Rua Anzebino da Cruz Saraiva, 318 - 1º G 2400-098 Leiria	16 211 Ações 1,6434%	(a)	(a)
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco , Parceiros, Apartado 157 2401-971 Leiria	17 320 Ações 4,33%	(a)	(a)
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Largo Dr. Luís Navega, Edifício Comercial, Piso 1, Loja 7 3780-541 Curia	1 500 Ações 0,55%	(a)	(a)
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Zona Industrial Rua de Espanha, lote 8 Apartado 78 2431-90 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	(a)	(a)

(a) até à data os dados não foram comunicados pelas empresas

Em 2011 o Município de Porto de Mós manteve a Garantia Bancária, no montante de 79.082,61€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA..

Ponto 8.2.17 Não se aplica

Ponto 8.2.18 Não se aplica

Ponto 8.2.19 Não se aplica

Ponto 8.2.20 Não se aplica

Ponto 8.2.21 Não se aplica

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros correspondem sobretudo a receitas de água não cobradas e virtualizadas. Não foram constituídas provisões para cobrança duvidosa dado que consideramos que não foram feitos todos os esforços de cobrança, pelo que o risco de incobrabilidade não está ainda devidamente justificado.

Ponto 8.2.23 Não se aplica

Ponto 8.2.24 Não se aplica

Ponto 8.2.25 Não se aplica

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 (Ver mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas)

Ponto 8.2.28 Justificação dos Movimentos ocorridos na classe 5 “Fundo Patrimonial” no exercício do ano 2011

O saldo da conta 59 – Resultados Transitados inclui o montante de 1.230.117,29€, referente a regularizações a favor do património deste Município, na sequência do registo e inventariação de algumas escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.30 Não se aplica

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2011 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2011 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

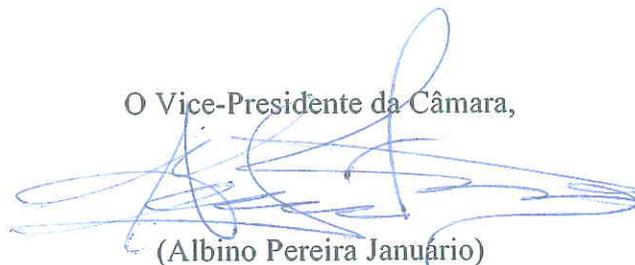
10 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2011 foi de 1.521.482,70 €. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se:

- Que 5% desse montante seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 29 de março de 2012.

O Vice-Presidente da Câmara,



(Albino Pereira Januário)



IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Ativo Bruto

- Amortizações e Provisões

- Ativo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos

- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento

- Lista de Bens Abatidos ao Inventário

- Lista dos Bens não incluídos no Inventário por não estarem devidamente registados

- Relação de Bens Sem Valor

- Contas de Ordem

- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas

- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

- Demonstração de Resultados Financeiros

- Demonstração de Resultados Extraordinários